



A ESPESSURA DO LIMIAR
Urbanidade, Forma e Tipo dos Espaços de Transição na Cidade de Lisboa

THE THRESHOLD'S THICKNESS
Urbanity, Form and Type of Transition Spaces in the City of Lisbon

Youri Spaninks-Amaro

*CIAUD, Research Centre for Architecture, Urbanism and Design, Lisbon School of Architecture,
Universidade de Lisboa*

youriamaro@edu.ulisboa.pt

RESUMO

O presente artigo visa identificar e descodificar a diversidade dos espaços de transição, entre elementos urbanos, públicos e privados. Estes espaços de transição, formados por dispositivos arquitetónicos que medeiam as relações público-privado e as atividades que nestes se desenvolvem, revelam qualidades urbanas específicas. A partir da elaboração de uma classificação prévia destes dispositivos de transição, da identificação dos seus tipos e compreendendo as suas apropriações, a investigação espera descodificar a composição destas figuras de transição fluidas no espaço urbano. Estes espaços porosos constroem a hipótese de que a condição da vida urbana está correlacionada com a forma que a suporta, fazendo dos espaços de transição catalisadores urbanos. Tendo a cidade de Lisboa como campo de estudo, a investigação combina a aproximação tipo-morfológica com o impacto comportamental dos utilizadores dos espaços de transição, propondo uma matriz, suportada pelo desenho interpretativo, que permita incidir sobre casos de estudo diversos utilizando indicadores distintos.

Palavras-chave: espaços de transição, limiar, tipo-morfologia, urbanidade material, Lisboa.

Linha de investigação: 1. Cidade e Projeto. **Tema:** Morfologia urbana

ABSTRACT

This paper aims to identify and decode the diversity of transition spaces, in-between public, and private urban elements. These transition spaces, shaped by architectural devices that mediate public-private relations and the activities that unfold in them, reveal specific urban qualities. By elaborating a previous classification of these transition architectonic devices, identifying their types, and understanding their appropriations, the research expects to decode the composition of these transition fluid figures in urban space. These porous spaces build the hypothesis that the condition of urban life is correlated with the form that supports it, making of transition spaces urban catalysts. Having the city of Lisbon as study field, this research combines a typo-morphological approach with the behavior impact of transition space users, proposing a matrix, supported by interpretative drawing, that allows to focus on diverse case studies using distinct indicators.

Keywords: transition spaces, threshold, typo-morphology, material urbanity, Lisbon.

Thematic clusters: 1. City and Project. **Topic:** Urban morphology

1. Introdução

A relação entre os espaços públicos e privados das cidades é marcada por tensões e conflitos que dão forma à condição da sua vida urbana. No entanto, a fragmentação do tecido urbano, desde a segunda metade do séc. XX, tem empenhado a relação porosa entre estes domínios, verificando-se uma desagregação entre diferentes elementos urbanos. Os dispositivos arquitetónicos de transição representam um suporte essencial na mediação entre elementos urbanos, funcionando como catalisadores de novos espaços de transição, fomentando apropriações diversas que respondem a necessidades distintas desde a sua construção até à contemporaneidade. A investigação procura realizar um estudo tipo-morfológico destes dispositivos arquitetónicos, focando-se na sua forma como estrutura de suporte à criação de espaços de mediação e apropriação. Tendo Lisboa como campo de estudo, pretende-se estudar o espaço de transição, no limiar da relação público-privado de elementos urbanos, descodificar a sua forma, sistematizando-o enquanto tipo, catalogando a sua diversidade espacial, modos de apropriação, características híbridas e flexíveis, como contributos para a urbanidade material da cidade.

Partindo de um enquadramento teórico, como base para a estabilização dos conceitos de “urbanidade material” e “espaços liminares”, procura-se a construção de um entendimento focado e justificado sobre o tema e a sua hipótese. Este estudo incide sobre a investigação prévia das formas construídas, onde a fricção das relações público-privado ocorrem no contexto urbano, notando as classes predominantes destes espaços no universo de estudo, e sistematizando tipos gerados a partir das relações entre o espaço público e o tecido edificado. A identificação das classes e tipos predominantes circunscreve a investigação, auxiliando o reconhecimento posterior das atividades e ocupações que se geram no espaço, partindo de uma observação baseada no tempo cíclico das ações recorrentes do quotidiano. A combinação das componentes “forma”, “níveis de resolução” e “tempo” são explorados com recurso a técnicas de desenho interpretativo, sendo descodificadas a partir de uma decomposição que visa identificar elementos distintos, reconhecendo o espaço de transição como composição entre a forma que o suporta e as ocupações que lhe atribuem significado. Este trabalho pretende demonstrar a relevância dos espaços de transição, os seus desafios e oportunidades, identificando o seu potencial como parte de uma estrutura flexível e adaptável à evolução diacrónica dos tecidos que conecta.

2. Enquadramento teórico

2.1. Urbanidade: a qualidade das coisas urbanas

A qualidade do ambiente urbano, como finalidade do projeto da cidade, tem sido suportada por diferentes perspetivas e abordagens, revelando que o seu sucesso se encontra relacionado com indicadores e contextos diversos, tanto geográficos como culturais. Esta qualidade, descrita por Christopher Alexander como “a qualidade sem nome” e que se encontra “viva” (1979:29), poderá ser tida como a combinação diversa de atividades num determinado local, evidenciando a estreita relação entre objeto e sujeito, como “figura aberta” e de difícil definição, revelando o caráter da constante evolução do ambiente urbano. Portanto, a hipótese de que a urbanidade necessita de atividade humana (Montgomery, 1998) para que seja bem-sucedida, é estimulada pela compreensão do universo construído assim como das relações que este potencia e acolhe.

A segunda metade do séc. XX ficou marcada por uma forte crítica à perspetiva modernista tendo emergido abordagens que visam reconhecer a cidade e os seus atributos, a partir das qualidades dos seus espaços assim como da experiência sensorial dos seus ocupantes. Em *A Concise Townscape* (1960) Gordon Cullen propõe o estudo da paisagem urbana a partir do seu aspeto físico, considerando a ótica, o lugar e o conteúdo, compreendendo a cidade a partir de um ponto de vista racional. No entanto, surgiram perspetivas distintas à de Cullen, nomeadamente no trabalho desenvolvido por Kevin Lynch em *The Image of The City* (1960) ou, posteriormente, em *A Pattern Language* (1977) de Christopher Alexander, entre outros, onde o foco se volta para o indivíduo e a sua capacidade de ler a cidade obedecendo a um mapeamento mental da mesma, baseando-se nos seus sentidos. Será ainda de referir que no seu trabalho seminal, *The Death and Life of Great*

American Cities (1961), Jane Jacobs evidencia a atividade humana como principal aspeto da produção da qualidade do ambiente urbano, focando-se em quatro determinantes: a mistura de usos primários, a diversidade do tecido edificado, a intensidade e a permeabilidade da forma urbana. A partir destas condições a autora foca-se na interação entre sujeito e o objeto construído, enaltecendo a necessidade de criação de um ambiente diverso em usos e características materiais, onde a intensidade e o contacto entre diferentes domínios urbanos pautam o ritmo e a vida nas cidades.

A qualidade que a cidade pode construir, como espaço físico e real, foi definida por Manuel de Solà-Morales como “urbanidade material”, ou seja, a qualidade material que reside “nas coisas urbanas” (Solà-Morales, 2008:146) e que estimula a interação entre sujeitos distintos ou entre sujeitos e os espaços que os acolhem. Estas relações são o resultado da qualidade do espaço urbano, provando a indissociabilidade das dimensões físicas e sociais do fenómeno da urbanidade (Kretz & Salewski, 2014), dificultando a sistematização da leitura e interpretação da cidade, comprovando a complexidade da mesma a partir das suas “simultaneidade, temporalidade e diversidade” (Solà-Morales, 2008:146). A urbanidade, como qualidade da cidade, revela-se complexa na medida em que não existe um conjunto de indicadores fixos para a sua definição, uma vez que esta depende do contexto onde se insere e do universo cultural dos seus ocupantes. Representado por uma tríade composta pela forma que o suporta, as atividades que se desencadeiam e a imagem individual que representa, o lugar onde a urbanidade se manifesta é paradoxalmente “incerto, desordenado e caótico” (Montgomery, 1998:103), tratando-se de um local que não pode ser cristalizado, mas que se desenvolve continuamente a partir das suas flexibilidade, mutabilidade e resiliência.

2.2. Entre a dissolução dos limites e um espaço no limiar

As relações estabelecidas entre sujeitos no meio urbano caracterizam-se por trocas diversificadas, dando significado a locais neutros, de mediação, transição, diálogo e/ou conflito. Partindo desta premissa a investigação foca-se no papel dos espaços que permitem a transição entre as esferas públicas e privadas da cidade, procurando compreender a definição do limiar resultante do seu encontro, estabilizando o seu significado no campo concetual. Para compreender o conceito de limiar torna-se importante clarificar a noção de limite e o modo como este se dissolve, gerando espaços espessos, onde as passagens de um estado para o seguinte são possibilitadas.

O limite é descrito por Georg Simmel como uma aptidão exclusiva dos seres humanos, pois estes necessitam “limitar para compreender” (Simmel, 1994:5), justificando o modelo de dimensionamento e quantificação de um universo concreto que é inteligível. Para Simmel o limite depende de uma relação dialética com a liberdade. Partindo da analogia que cria sobre a porta, o autor refere como este elemento é necessário para a aproximação e contacto de realidades distintas ou separadas, demonstrando a necessária quebra pontual do limite. O limite tendencialmente dissolve-se no universo construído da cidade, a partir de manifestações diversas, adquirindo uma espessura material. Portanto, a desambiguação do termo “limite” e “fronteira” torna-se essencial para a estabilização do conceito de limiar, uma vez que a fronteira define um “espaço em si mesma”, procurando conciliar partes distintas (Madanipour, 2003:210). A construção da cidade é, segundo Ali Madanipour, um “exercício de colocação de fronteiras”, que deve promover, mediar e balancear as relações entre os espaços públicos e privados (Madanipour, 2003:210), permitindo flexibilidade e permeabilidade. Nestas fronteiras espaciais o ato de transição representa o alcance do limiar, um rito de passagem que envolve condições preliminares, liminares e pós-liminares (Van Gennep, 1960). Segundo Aldo Van Eyck o *entre* “adquire uma forma tangível” onde a escolha do individual ou do coletivo é impossível (Strauven, 1998), tendo levado o autor à elaboração do conceito de *twin-phenomena*, como resultado da tensão criada entre os domínios público e privado, gerando uma terceira alternativa. Em locais onde o limiar ocorre é fornecida “a chave para a transição e conexão entre áreas com reclamações territoriais divergentes” (Hertzberger, 2005:32), por serem espaços em si mesmos, que se geram a partir da combinação das estruturas construídas que os suportam e das ocupações que os caracterizam.

Em suma, o limiar pode ser caracterizado como a representação de um domínio de transição, entre público e privado, onde a incerteza e tensão se traduzem numa ocupação fluida do espaço, ultrapassando limites, estabelecendo-se como uma membrana porosa. A espessura do limiar pode ser encontrada em ambientes urbanos nos avanços e recuos do plano das fachadas, nas “bolsas” que se geram a partir de atividades que aí se desenvolvem (Alexander, 1977), no que Jan Gehl descreve como o *edge-effect*, ou seja, os locais na beira que se estendem para o espaço público (Gehl, 2011). O espaço liminar reafirma a importância da “relação solo-parede”, onde a “dissolução do limite público-privado” e a “diversidade espacial das circulações” podem redefinir o caráter redutivo da urbanidade (Solà-Morales, 2008:147) utilizando a sua matéria para o efeito.

3. Objeto de estudo: as transições na cidade de Lisboa

A estabilização conceptual do limiar, como local significativo que se cria a partir da tensão entre domínios, e da urbanidade material como atributo do universo construído da cidade, permite identificar com maior resolução o objeto de estudo da investigação. No seu ensaio sobre a cidade de Nápoles, Walter Benjamin e Asja Lacis trabalham o conceito de porosidade, identificando a sua relevância como característica urbana que utiliza a interpenetração e a permeabilidade, erodindo o “selo do definitivo” (Benjamin & Lacis, 2007:165-66). Portanto, o conceito de porosidade reúne a necessária identificação do limiar, como espaço permeável de transição, identificando as qualidades e “atributos que aparentam ser indispensáveis para a complexidade e adaptabilidade dos espaços urbanos” (Wolfrum, 2018:10), a sua urbanidade material.

O objeto de estudo desta investigação emerge do conceito de porosidade, identificando o domínio do *entre* no universo urbano, compreendendo os espaços de transição como locais de espacialidade liminar. Estes espaços são definidos no contacto entre o traçado urbano e o tecido edificado, onde o público e privado se interligam e sobrepõe, sendo necessariamente constituídos pela forma física que os suporta e os tipos de ocupação que os caracterizam. A identificação dos espaços de transição nesta investigação adota uma perspectiva que se centra no estudo da forma do tecido construído, das pessoas e dos processos que o formam (Larkham e Jones, 1991), reconhecendo a relação dialética entre a forma da cidade e a sua condição urbana.

A escolha da cidade de Lisboa como campo de estudo e identificação de espaços de transição, entre público e privado, advém da sua elevada representatividade no contexto urbano português, devido à riqueza do seu traçado e topografia, permitindo identificar um conjunto diverso e paradigmático de situações no ambiente urbano. Sobre a morfologia urbana, Lisboa destaca-se no contexto português devido à sua cartografia, que se encontra bem documentada, permitindo um olhar crítico sobre a evolução diacrónica dos espaços de transição. Partindo da base referencial da sua evolução morfológica é possível compreender os processos que formaram estes espaços, recorrendo à história de um ponto de vista operativo (Muratori, 1960), compreendendo os impactos que as alterações políticas, sociais e económicos impuseram aos mesmos. A apreensão das formas de suporte dos espaços de transição, a sua definição teórica e identificação espacial, permite partir para o campo de estudo com o foco nas atividades e ocupações que nestes realizam, reconhecendo-os integralmente.

Como princípio de identificação e construção de um universo de estudo, a abordagem parte de uma perspectiva morfológica, visando identificar as formas que suportam as atividades nestes espaços. Utilizando critérios como a leitura da cidade a partir do piso térreo, a identificação dos dispositivos que interligam diferentes domínios e a compreensão da sua constituição individual, torna-se possível a construção de um *atlas*, partindo de uma classificação prévia (Panerai, 1999) resultante dos critérios impostos. Deste modo identifica-se uma miríade de dispositivos arquitetónicos como as passagens, galerias, coberturas, marquises, plataformas, escadas, rampas e montras, que interligam elementos urbanos públicos – ruas, largos e praças – com elementos privados. A partir deste reconhecimento infere-se que a indissociabilidade dos dispositivos de transição e das atividades que estes suportam define os espaços de transição, levantando a hipótese de que estes são catalisadores da condição urbana, devido a atributos como as suas flexibilidade, mutabilidade e qualidade material.



Fig.1 A diversidade dos dispositivos de transição na cidade de Lisboa. Fonte: Fotografias e montagem elaboradas pelo autor

4. Metodologia

4. 1. Tipo-morfologia: um instrumento de base

A classificação prévia constrói um universo de estudo, delimitando-o a partir de um conjunto de imposições iniciais, tratando-se do primeiro passo do processo tipológico. O método de análise tipológica utilizado nesta investigação procura seguir o esquema elaborado por Philippe Panerai em *Analyse Urbaine* (1999), sendo composto pelas seguintes fases: (1) a delimitação do *corpus*, o universo de estudo; (2) a classificação prévia, compondo um atlas da diversidade morfológica dos dispositivos de transição; (3) a elaboração dos *tipos*, a partir dos códigos partilhados entre os dispositivos; (4) a tipologia, como quadro de referência de uma organização económica de variações. Este método permite reconhecer a forma dos dispositivos identificados previamente, compreendendo a sua afetação no meio urbano, a partir dos elementos materiais que os compõe.

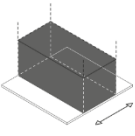


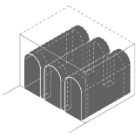
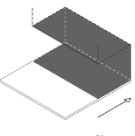


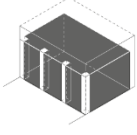
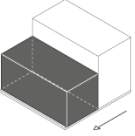


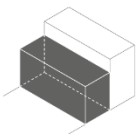


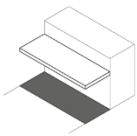


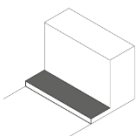


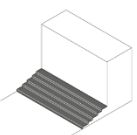
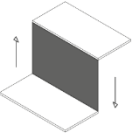


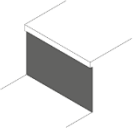
 INTEGRAÇÃO				PASSAGENS
 COMPRESSÃO				GALERIAS
 EXTENSÃO				MARQUISES
				COBERTURAS
				PLATAFORMAS
				ESCADAS/RAMPAS
 RUTURA				MONTRAS

Fig.2 Ensaio de classificação tipo-morfológica dos dispositivos de transição na cidade de Lisboa. Fonte: Tabela elaborada pelo autor

Considerando que a tipologia proposta se centra nas características formais destes dispositivos, os tipos desenvolvem-se a partir da sobreposição ou justaposição dos domínios público e privado, demonstrando a abstração racional das relações público-privado. A partir desta questão de base identificam-se quatro tipos principais de dispositivos de transição, gerados por: (1) integração, (2) compressão, (3) extensão, e (4) rutura. Os tipos encontrados, que descrevem as relações existentes entre os domínios públicos e privados, suportam esta metodologia de base, calibrando as lentes de observação inicial da classificação prévia, permitindo um foco mais preciso no universo de estudo dos dispositivos que suportam os espaços de transição, assim como nas suas variações, contribuindo para uma tipologia mais representativa, consistente e eficaz.

O encontro dos tipos não representa um fim em si, sendo necessário comprovar que cada elemento pertencente a uma classe é efetivamente portador de uma codificação que o enquadra, recorrendo-se à análise detalhada de uma seleção de casos paradigmáticos. Os casos de estudo indagam respostas e erigem questões que apenas uma análise focada poderá resolver, num processo de inversão da conceção dos mesmos, com recurso à sua decomposição utilizando o desenho interpretativo como ferramenta analítica. Assim, a análise morfológica dos casos selecionados centra-se na sua forma, níveis de resolução e tempo (Moudon, 1997), procurando estabelecer uma base analítica de comparação.

Sobre a forma dos dispositivos de transição pretende-se reconhecer a sua diversidade material e espacialidade, recorrendo à decomposição elementar como mecanismo de análise (Dias Coelho, 2013; Foscarì, 2014), procurando evidenciar características formais semelhantes ou divergentes entre casos. Os níveis de resolução da investigação focam-se na relação edifício/rua, nos pontos de contacto existentes nas suas relações diretas, ou seja, ao nível do piso térreo. O tempo refere-se ao resultado das ações sobre a forma construída, ao movimento permanente do objeto urbano (Dias Coelho, 2014), tratando-se de um ponto fundamental para a compreensão dos espaços de transição. Estes três princípios permitem o reconhecimento dos espaços de transição, como combinação dos dispositivos de transição (forma) com as suas ocupações (tempo), mais ou menos permanentes, num processo de fricção e constante mutação no contacto dos edifícios com o espaço público (escala).

Será ainda de salientar que o estudo destes espaços não reside exclusivamente numa leitura diacrónica em períodos temporais distintos, mas na compreensão de um tempo cíclico e fugaz do quotidiano, onde padrões de ações se repetem, completando e desfazendo continuamente a composição dos espaços de transição. Recorrendo à proposição desenhada pretende-se interpretar a “plasticidade” destes espaços, compondo uma tipologia generativa que permita cruzar dados entre casos distintos no mesmo universo cultural e geográfico. Portanto, ações como sentar num degrau ou esperar sob um telheiro são ocupações na espessura do limiar, habitando um estado de transição no ambiente urbano.



Fig.3 Galeria do piso térreo na Praça do Comércio, Lisboa. Fonte: Fotografia elaborada pelo autor

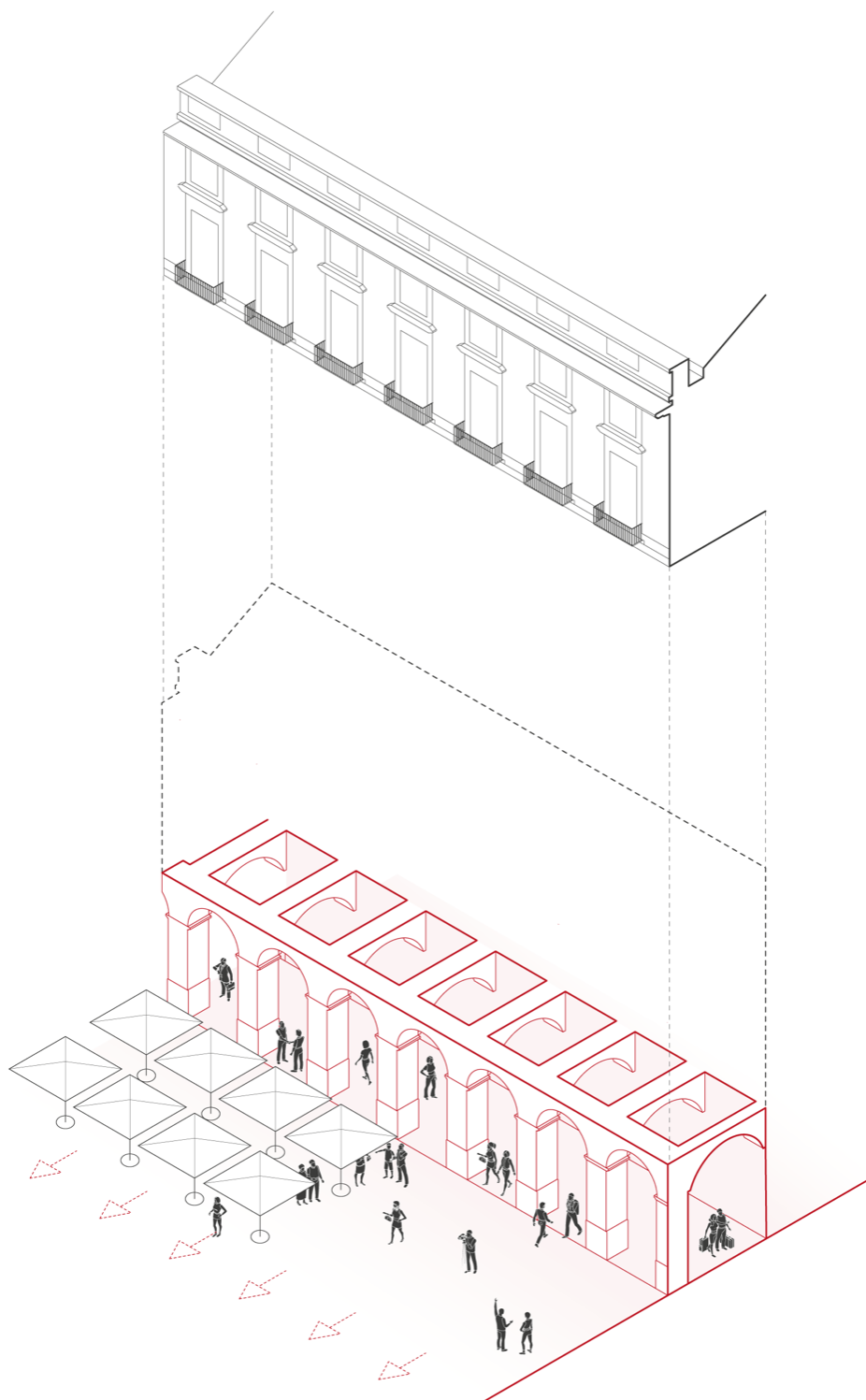


Fig.4 Decomposição interpretativa do dispositivo de transição revelando as suas ocupações. Fonte: Desenho elaborado pelo autor

4. 2. Padrões da vida urbana: ocupações e o seu registo

O espaço transição resulta da combinação dos dispositivos de transição com as ações que nestes se desencadeiam. A definição da forma de suporte, a forma dos dispositivos de transição, e os mecanismos da sua análise encontram no critério *tempo* o seu significado, definindo-os formalmente, ainda que por um curto

período. À semelhança dos restantes elementos urbanos e da própria cidade, o espaço de transição trata-se de uma construção em constante metamorfose, sendo marcado por uma multiplicidade de ações recorrentes e cíclicas, tendo uma dificuldade de registo acrescida.

No estudo morfológico dos elementos urbanos o diacronismo tem um papel fundamental, articulando a sucessão dos eventos com a simultaneidade das comparações, apoiando-se em materiais e registos cristalizados no tempo, sendo exemplo disso as cartografias de época ou as catástrofes naturais. No entanto, o “dia-a-dia” não dispõe dos mesmos materiais, notando-se transformações mais acentuadas e efémeras, sendo necessário o recurso a um registo fotográfico contínuo como mecanismo de leitura das ocupações no espaço. Assim, a fotografia assume-se como registo que permite servir de base para o desenho, informando-o, para a decomposição destes fragmentos no tempo, revelando interações, momentos de espera, atividades ociosas, trocas e manipulações de objetos móveis, construindo uma sucessão de imagens encadeadas num período previamente estabelecido.

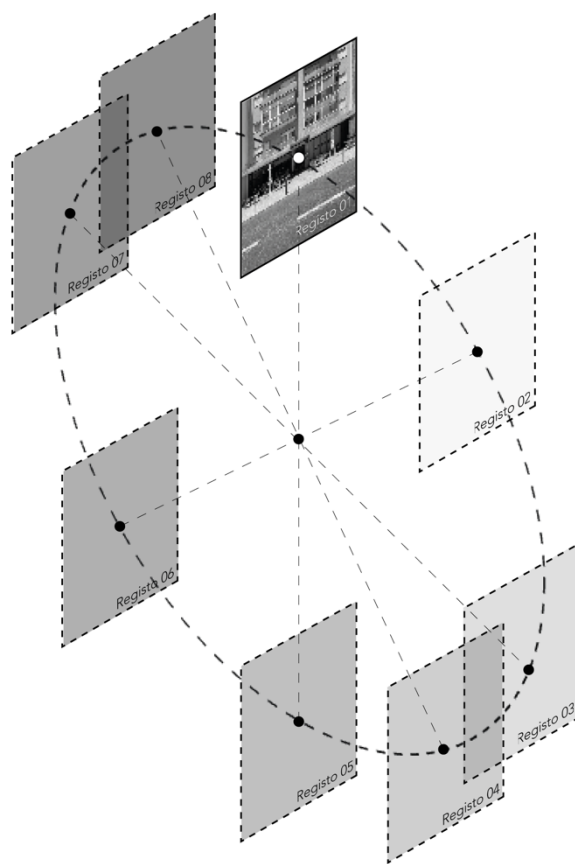


Fig.5 Eixo de leitura interpretativa referente a períodos cíclicos de ocupações. Fonte: Diagrama elaborado pelo autor

A análise utilizando o registo fotográfico estabelece uma correlação com a análise morfológica, reunindo um conjunto de dados que permite evidenciar as características espaciais e materiais previamente decompostas, procurando a provação da hipótese a partir da interpretação das relações estabelecidas entre sujeitos e a matéria construída. Estes registos provam também a fluidez, a flexibilidade e a mutação destes espaços, pois a transição humana, a manipulação de objetos distintos e dos seus conjuntos (ex. esplanadas, toldos, bancas, etc.) assumem-se como estruturas configuradoras de perímetros e volumes distintos, de espessura variável. Através de um processo de refinamento progressivo (Janson, 2018), auxiliado pelo desenho interpretativo, o registo fotográfico permite compreender a figura fluida do espaço de transição, os seus níveis de porosidade, a sua profundidade (Scheerlinck, 2010) e alcance, e as características materiais mais significativas para a permanência humana no espaço ao longo do tempo.

Conclusivamente, a metodologia aplicada para a leitura e interpretação dos casos parte do entendimento do desenho, como ferramenta de análise crítica e de descodificação espacial, dividindo a interpretação do objeto de estudo em dois campos: (1) as qualidades formais e espaciais dos dispositivos arquitetónicos de transição e (2) o espaço descrito pela sua ocupação e apropriação humana. O recurso ao desenho, enquanto instrumento de síntese e interpretação, encontra a sua dimensão operativa para a comprovação da hipótese da investigação, descodificando os atributos espaciais fundamentais dos dispositivos arquitetónicos e dos espaços que estes geram. No entanto, a diferença da codificação entre casos de estudo distintos remete para questões de investigação distintas, dificultando a homogeneidade das suas interpretações, tanto de um ponto de vista formal, mensurável, como no seu entendimento fenomenológico.

4. 3. Notas para uma matriz interpretativa

A aproximação à problemática da análise de casos de estudo distintos pressupõe a composição de um modelo matricial de cariz interpretativo, compreendendo um conjunto de questões alargadas, que se propõe como ferramenta em constante redefinição. A utilização de critérios de interpretação desenhada comuns aos casos de estudo, como a escala ou a decomposição elementar, sistematiza os mesmos, permitindo uma leitura e interpretação transversal. No entanto, a natureza material constitutiva de cada espaço e das suas ocupações pode criar oscilações nos mecanismos utilizados para a análise. Procurando abranger os casos de modo homogéneo, a investigação sugere a composição de uma matriz baseada em indicadores, os quais são selecionados para abordar casos de estudo que componham um conjunto de características e questões variáveis. Esta diversidade de situações evidencia de imediato a dificuldade de utilização de uma chave de leitura singular sendo necessário a criação de uma constelação de parâmetros distintos. Partindo dos princípios que fundamentam a análise morfológica e das ocupações do espaço, infere-se o seguinte conjunto de indicadores que compõe a matriz interpretativa: morfológicos, de utilização e sensoriais.

Os indicadores morfológicos são: (1) a identificação do objeto de estudo, recortando a sua forma aparente, compreendendo-o de modo isolado; (2) a decomposição elementar, reconhecendo todas as unidades integrantes na estrutura do objeto e a sua diversidade material/constitutiva; (3) o volume e a espacialidade, verificando a flexibilidade dos espaços para acolher ocupações e apropriações distintas.

Os indicadores de utilização descrevem espaços confinantes com relações dependentes dos dispositivos de transição e o modo como a apropriação humana destes se materializa. Assim sendo estes indicadores são: (1) os usos adjacentes, que podem ser comerciais, serviços, equipamentos, e quaisquer espaços que estabeleçam uma relação dependente do dispositivo de transição; (2) o mobiliário fixo, compreendendo-se aqui o mobiliário colocado após a construção do dispositivo arquitetónico, ou seja, depois da execução do espaço; (3) o ato de sentar, utilizando mobiliário fixo ou outro tipo de disposição material no espaço; (4) a permanência, compreendendo a utilidade do espaço como local de encontro e pausa.

Por fim, e tendo por base a reunião de um conjunto de revisões da literatura bastante consolidadas (Whyte, 1980; Gehl, 2011; Mattson, 2019) compõe-se o quadro dos indicadores sensoriais, sendo estes: (1) apreciação estética, captada pela apreciação do espaço pelo utilizador; (2) o conforto térmico que o espaço proporciona; (3) o conforto psicológico, denotando os padrões comportamentais que revelam satisfação ou insegurança; (4) o conforto sensorial, dos elementos que satisfazem os sentidos humanos; (5) os níveis de interação social no espaço.

A partir da matriz interpretativa procura-se completar a análise dos espaços de transição atingindo um momento crítico e operativo para a investigação. Estabelecendo uma análise comparativa entre os quadros conceptuais da tipologia dos dispositivos de transição e do léxico das figuras que nestes se formam, espera-se evidenciar o carácter híbrido destes espaços, compreendendo as suas funções de mediação e qualidades urbanas (materiais). A metodologia proposta centra-se nos dois campos da hipótese da investigação, a forma urbana e a ocupação humana, procurando evidenciar a importância de ambas as dimensões nos espaços de transição.

MATRIZ INTERPRETATIVA

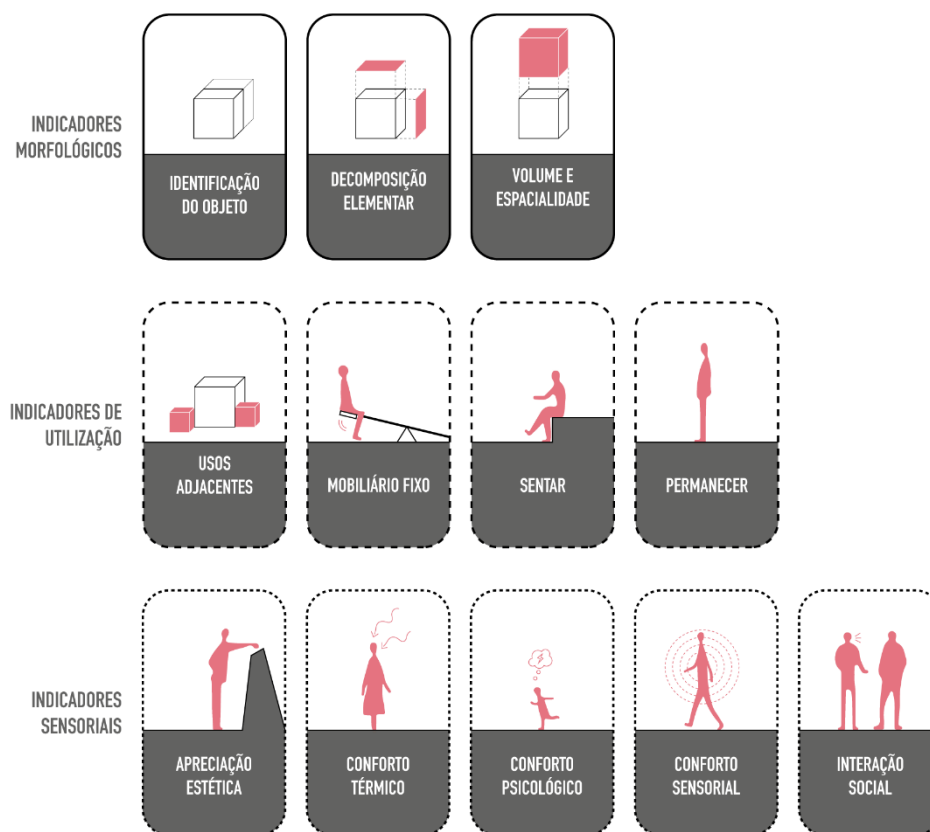


Fig.6 Ensaio da matriz interpretativa dos espaços de transição e seus principais indicadores. Fonte: Diagrama elaborado pelo autor

5. Considerações finais

Os espaços de transição enquadram-se no domínio da morfologia urbana como um conjunto de conhecimento menos estabilizado manifestando a necessidade de uma investigação aprofundada. A relevância destes espaços reside nas qualidades de que dispõe como “elementos capazes de acelerar o processo de urbanização” (Rossi, 1984:87), a partir das suas urbanidade material e espacialidade, conferindo-lhes um necessário caráter flexível para a tarefa da mediação de transições urbanas. A sua figura fluida levanta questões que se interligam com campos distintos do conhecimento, traduzindo um conjunto de problemáticas que vêm subsistindo, entre outras mais recentes, no debate científico e disciplinar do urbanismo.

O foco do presente estudo visa apresentar uma noção panorâmica da investigação em curso, procurando a estabilização do conceito de “limiar”, no debate sobre os elementos da cidade, como princípio gerador dos espaços de transição. Partindo de um entendimento do conceito de urbanidade material, como qualidade de destaque no universo construído da cidade, a investigação propõe a interligação do enquadramento teórico sobre a condição da vida urbana com o campo da morfologia urbana, construindo a sua hipótese. Foram apresentados os princípios que compõe a metodologia, a qual se reparte entre a análise tipo-morfológica e o estudo das ocupações e do comportamento dos utilizadores nos dispositivos arquitetónicos de transição, formando um entendimento consolidado sobre a figura dos espaços de transição.

Numa perspetiva de continuidade e enriquecimento do estudo acrescentam-se ainda os seguintes objetivos à investigação: (1) construir um quadro referencial de casos exemplares, nacionais e internacionais, de espaços de transição; (2) sistematizar configurações paradigmáticas dos espaços de transição revelando contextos

urbanos, culturais e geográficos alargados; (3) identificar a diversidade da apropriação destes dispositivos geradores de espaços de transição, catalogando as suas mutabilidade e flexibilidade, como essenciais para a construção de um ambiente urbano inclusivo, seguro, resiliente e sustentável; (4) descodificar e sistematizar os sistemas de composição dos espaços de transição, caracterizando e classificando as suas diversidade formal e processos de ocupação. A investigação proposta procura ainda contribuir para o enriquecimento científico e disciplinar do projeto urbano, partindo de uma aproximação *bottom-up*, construindo um quadro teórico e tipo-morfológico destes espaços como suporte referencial para a produção arquitetónica e urbana na contemporaneidade.

Bibliografia

- ALEXANDER, C. ISHIKAWA, S. SILVERSTEIN, M. (1977). *A pattern language: towns, buildings, construction*. New York: Oxford University Press.
- ALEXANDER, C. (1979). *The Timeless Way of Building* (Vol. 1). New York: Oxford University Press. ISBN: 978-0-19-502402-9
- BENJAMIN, W. & LACIS, A. (2007). "Naples," in *Reflections: Essay, Aphorisms, Autobiographical Writings*, trans. by Edmund Jephcott, ed. with an introduction by Peter Demetz, preface by Leon Wieseltier, (163-173).
- BOETTGER, T. (2014) *Threshold Spaces: Transitions in Architecture. Analysis and Design Tools*. Basel: Birkhäuser.
- CULLEN, G. (1961) *A Concise Townscape*. London: Architectural Press.
- DIAS COELHO, C. (coord.) (2013). *Os Elementos Urbanos. Cadernos de Morfologia Urbana – estudos da cidade portuguesa*. Lisboa: Argumentum.
- DIAS COELHO, C. (2014). *Os Tempos da Cidade*. Em DIAS COELHO, C. (coord.) *O Tempo e a Forma. Cadernos de Morfologia Urbana – estudos da cidade portuguesa*. Lisboa: Argumentum.
- EYCK, A.V., Ligtelijn, V., & STRAUVEN, F. (2008). *The child, the city and the artist: an essay on architecture: he in-between realm*. Amsterdam: Sun.
- GEHL, J. (2011). *Life Between Buildings: Using Public Space*. Washington, D.C: Island Press.
- GENNEP, A.V. (1960). *The rites of passage*. Chicago: University of Chicago Press.
- HERTZBERGER, H. (2005) *Lessons for Students in Architecture*. Rotterdam: 010 Publisher.
- JACOBS, J. (1961). *The death and life of great American cities*. New York: Random House.
- JANSON, A. (2018). *Ambiguous Figure and Cloud*. In S. Wolfrum (Ed.), *Porous City: From Metaphor to Urban Agenda* (100-106). Berlin, Boston: Birkhäuser.
- JONES, A. N. LARKHAM, P. J. (1991) *A glossary of Urban Form*. Historical Geography Research Series no.26. Norwich: Geo Books.
- KRETZ, S. SALEWSKI, C. (2014). *Urbanity of Things: Relationship Potential and Wealth of Relations as Urban Resource*. T. Rieniets, N. Kretschmann, M. Perret, Chair of Prof. Kees Christiaanse, ETH Zurich (Eds.) *The City as a Resource: Concepts and Methods for Urban Design*. Berlin: JOVIS Verlag GmbH
- MADANIPOUR, A. (2003). *Public and Private Spaces of the City* (1st ed.). London, New York: Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203402856>
- MATTSON, J. (2019). *Human Behaviour & Urban Squares - A Public Life Study of Kungsträdgården and Sergels Torg*. [Master's Thesis, KTH – Royal Institute of Technology, Department of Urban Planning and Environment, Division of Urban and Regional Studies]. 10.13140/RG.2.2.12857.52321.

- MONTGOMERY, J. (1998) Making a city: Urbanity, vitality and urban design, *Journal of Urban Design*, 3:1, 93-116, DOI: 10.1080/13574809808724418
- MOUDON, A.V. "Urban Morphology as an Emerging Interdisciplinary Field." *Urban Morphology* 1 (1997): 3-10.
- MURATORI, S. (1960). *Studi per una operante storia urbana di Venezia*. Roma: Libreria dello Stato.
- PANERAI, P. DEPAULE, J. DEMORGON, M. (1999). *Analyse Urbaine*. Paris: Parenthèses
- ROSSI, A. (1984). *The Architecture of the City*. Cambridge, Massachusetts and London, England: The MIT Press
- SCHEERLINCK, K., De SOLÀ-MORALES, M., & FERRER, A. (2010). *Depth Configurations. Proximity, Permeability and Territorial Boundaries in Urban Projects*.
- SENNETT, R. (2018). *Building and Dwelling. Ethics for the City*. London and New York: Penguin Random House.
- SIMMEL, G. (1994). Bridge and Door. *Theory, Culture and Society*, 11(1), 5-10.
- SOLÀ-MORALES, M. (2008). *De cosas urbanas*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- STRAUVEN, F. (1998). *Aldo van Eyck: The Shape of Relativity*. Amsterdam: Architectura & Natura.
- WHYTE, W. H., (1980). *The social life of small urban spaces*. Washington, D.C.: Conservation Foundation.
- WOLFRUM, S. (2018). Porous City – From Metaphor to Urban Agenda. In S. Wolfrum (Ed.), *Porous City: From Metaphor to Urban Agenda* (9-14). Basel: Birkhäuser.